

Governo federal analisa contas de Santa Catarina

por Ubirajara Alves
de Florianópolis

O Ministério da Fazenda deverá manifestar, no prazo de uma semana, sua avaliação final sobre os valores apresentados pela Secretaria da Fazenda de Santa Catarina a respeito da dívida e dos créditos que o estado alega ter junto à União. A operação é resultado de um encontro mantido em Brasília, na última terça-feira, em que a comitiva catarinense, comandada pelo governador Vilson Kleinübing, ouviu do próprio ministro Fernando Henrique Cardoso que a rolagem estava autorizada, independentemente do projeto de lei que trata do assunto e está em tramitação no Congresso.

Segundo Fernando Verdone, secretário estadual da Fazenda, a proposta catarinense foi bem recebida pelo ministro e há a expectativa de que a assinatura da rolagem ocorra ainda neste mês. "O secretário executivo do ministério, Clóvis de Barros Carvalho, garantiu que em uma semana será marcada uma nova reunião em Brasília para acertos finais", disse.

De acordo com os levantamentos da Fazenda estadual, as dívidas totais do estado somam US\$ 1,29 bilhão, incluídas as contratuais, mobiliária, interna e externa.

ATENDIMENTO — Os hospitais particulares conveniados voltam a atender normalmente a partir de amanhã. O presidente da Federação Brasileira dos Hospitais, Carlos Eduardo Ferreira, anunciou ontem o fim do lockout, que durou sete dias e provocou superlotação de pacientes em alguns hospitais públicos.

Os créditos globais estão estimados em US\$ 809 milhões e resultam, entre outros, da aplicação de recursos em obras delegadas (US\$ 287 milhões); ICMS não recolhido por empresas como Rede Ferroviária (RFFSA), Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), Instituto Brasileiro do Café (IBC), (US\$ 6 milhões); créditos a receber referentes à defasagem tarifária do setor elétrico, no valor de US\$ 506,5 milhões, e dívida da ICC junto à Companhia de Águas e Saneamento (Casan) da ordem de US\$ 9 milhões.

Segundo o secretário, a proposta envolve um "encontro de contas", entre o que é devido à União e o que o estado tem a receber. A intenção é de destinar 9% das receitas líquidas do estado para pagamento da dívida no primeiro ano e de 11% a partir do segundo ano. O prazo total inicial seria de vinte anos. Verdone disse que também faz parte da proposta a carência de 24 meses para a restituição do equivalente a US\$ 38 milhões. Estes valores, explicou, referem-se aos desembolsos feitos pelo estado entre outubro de 1991 e maio deste ano, acima dos percentuais estabelecidos no acordo de rolagem. "Queremos o benefício por sermos bons pagadores", comentou.

Entre outras respostas, a Fazenda catarinense aguarda o posicionamento sobre os valores calculados e quais os itens das dívidas que podem ou não fazer parte da rolagem. O secretário disse que não tem informações sobre como o ministério fará a rolagem caso o Congresso não tenha se definido sobre o projeto de lei que trata do assunto.